

MINERAÇÃO

Portal do Conhecimento / Legislação / Legislação Ambiental

Legislação Federal	
Legislação	Ementa
<u>Decreto Federal nº 3.358, de 02 de fevereiro de 2000.</u>	Regulamenta o disposto na Lei nº 9.827, de 27 de agosto 1999, que "acrescenta o parágrafo único ao art. 2º do DecretoLei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, com a redação dada pela Lei nº 9.314, de 14 de novembro de 1996".
<u>Lei Federal nº 9.055, de 01 de junho de 1995.</u>	Disciplina a extração, industrialização, utilização, comercialização e transporte do asbesto/amianto e dos produtos que o contenham, bem como das fibras naturais e artificiais, de qualquer origem, utilizadas para o mesmo fim e dá outras providências.
<u>Decreto Federal nº 98.812, de 09 de janeiro de 1990.</u>	Regulamenta a Lei nº 7.805, de 18 de julho de 1989, e dá outras providências.
<u>Lei Federal nº 7.886, de 20 de novembro de 1989.</u>	Regulamenta o art. 43 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e dá outras providências.
<u>Lei Federal nº 7.805, de 18 de julho de 1989.</u>	Altera o Decreto-Lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, cria o regime de permissão de lavra garimpeira, extingue o regime de matrícula, e dá outras providências.
<u>Decreto Federal nº 97.632, de 10 de abril de 1989.</u>	Dispõe sobre a regulamentação do artigo 2º, inciso VIII, da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, e dá outras providências.
<u>Lei Federal nº 7.677, de 21 de outubro de 1988.</u>	Dispõe sobre a criação, pelo Poder Executivo, de entidade destinada a promover o desenvolvimento da tecnologia mineral e dá outras providências.
<u>Decreto-Lei Federal nº 1.865, de 26 de fevereiro de 1981.</u>	Dispõe sobre a ocupação provisória de imóveis para pesquisa e lavra de substâncias minerais que contenham elementos nucleares.
<u>Lei Federal nº 6.567, de 24 de setembro de 1978.</u>	Dispõe sobre regime especial para exploração e o aproveitamento das substâncias minerais que especifica e dá outras providências.
<u>Decreto Federal nº 78.171, de 02 de agosto de 1976.</u>	Dispõe sobre o controle e fiscalização sanitária das águas minerais destinadas ao consumo humano.
<u>Decreto Federal nº 62.934, de 02 de julho de 1968.</u>	Aprova o Regulamento do Código de Mineração.

**Decreto-Lei Federal nº 227,
de 28 de fevereiro de 1967.**

Dá nova redação ao Decreto-Lei número 1.985 (Código de Minas) de 29 de janeiro de 1940.

Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro
Diretoria-Geral de Comunicação e de Difusão do Conhecimento
Departamento de Gestão e Disseminação do Conhecimento

Pesquisa elaborada e disponibilizada pelo
Serviço de Captação e Estruturação do Conhecimento
Divisão de Organização de Acervos do Conhecimento

Para sugestões, elogios e críticas: seesc@tjrj.jus.br